

# UMA LEITURA DA *RELAÇÃO DA VIAGEM DE VASCO DA GAMA*<sup>1</sup>, ATRIBUÍDA A ÁLVARO VELHO

ANA PAULA PEDROSO FERNANDES

Não nos interessa retomar a problemática da autoria do texto, já sobejamente discutida, mas antes fazer uma leitura do mesmo numa relação entre o tempo e o espaço que Álvaro Velho nem sempre trata de forma equilibrada. A cronologia temporal pauta-se por paragens em espaços-chave onde o encontro com o Outro, e a visão que nos é dada desse Outro, sai valorizada. Não poderemos dizer com João Rocha Pinto (1989:187): “*Viajar era e é sempre a descoberta da diferença.*”?

Uma narrativa evolui no tempo e quando se trata de um texto que pretende narrar uma viagem, o mais importante parece ser não o que se passa a bordo, ou os dados técnicos que servirão posteriormente a outros navegadores (adquirindo o texto um carácter didáctico), mas os espaços físicos, culturais e sociais que se contactam.

Como se enlaçam as duas categorias de tempo e espaço nesta narrativa? A delimitação temporal da viagem tem levantado alguns problemas, contudo podemos distinguir três momentos no texto que pontuam o percurso para o desconhecido: partida de Lisboa (p. 9), passagem do Cabo da Boa Esperança (p. 15) e chegada a Calecut (p. 51), objectivo primeiro do empreendimento.

O tempo não pára no seu curso fluído, embora possa parecer que estagna aquando da visão do Outro, apresenta no entanto várias elipses. O primeiro salto, superior a dois meses (65 dias), situa-se logo no início da viagem (p. 11) e parece que, em consciência, Álvaro Velho tem a única pretensão de reter e narrar o realmente importante, o essencial. Encontrando-se a frota em pleno Atlântico, o curso regular do acontecimento é completamente omitido, e o narrador introduz uma pausa no relato: a narração está para o registo das mudanças, de sobressaltos, quanto a descrição está para o registo da diferença. Mas outras elipses surgem no interior da trama textual,

---

<sup>1</sup> Todas as citações serão feitas a partir da edição de Álvaro Velho mencionada na bibliografia.

nomeadamente aquela que abrange o período que vai de 5 de Outubro de 1498 a 2 de Fevereiro de 1499 (pp. 93 e 94). Como se pode notar, estas elipses surgem no início e no final da narrativa e põe algumas questões quanto ao facto de percebermos as razões da sua utilização. Apesar de já termos alvitado uma possível - o interesse pelo Novo -, outras poderão ser apontadas: o oceano Atlântico, espaço vastíssimo, não detém os sentidos do narrador e só a abundância de topónimos o vai marcando como se se tratasse de um mapa a assinalar: “*Primeiramente chegámos ao sábado seguinte à vista das Canárias, e essa noite passámos a julavento de Lançarote; e à noite seguinte amanhecemos com a Terra Alta...*” (p. 9).

No tratamento do tempo, outro aspecto que nos surpreendeu foi o começo assaz abrupto da narrativa. A *Relação da Viagem de Vasco da Gama* abre com a resposta às quatro questões que constroem o paradigma de toda e qualquer notícia, conferindo-lhe assim um carácter objectivo de rigor e precisão: “*Na era de mil quatrocentos e noventa e sete (QUANDO?) mandou el-rei D. Manuel (QUEM?), o primeiro deste nome em Portugal (ONDE?), a descobrir, quatro navios, os quais iam em busca de especiaria. (O QUÊ?)...*” (p. 9). Dá-se o início da viagem sem qualquer menção aos preparativos da partida, nem qualquer dramatização da despedida. Podemos então concluir que o interesse do narrador se concentra unicamente na viagem propriamente dita. Daí também o facto de Álvaro Velho não fazer qualquer menção à vida a bordo.

As indicações temporais seguem quase sempre o mesmo modelo, isto é, o tempo é referido pela indicação do dia da semana, do mês e até dos momentos do dia. No entanto, a designação do santo que lhe corresponde (“*A vinte e sete dias do mês de Outubro, vésperas de São-Simão e Judas, que era sexta-feira...*” (p. 11)) revela bem a relação do povo português com a sua fé, a sua religião e sublinha a natureza do misticismo e do simbolismo de tais referências - até mesmo os nomes atribuídos às terras por que passam os navegantes denotam tal religiosidade (pp. 11, 15, 20-21, 35).

A narrativa segue uma ordem linear e cronológica do início ao final, apresentando a *Relação da Viagem de Vasco da Gama* uma diferença nítida dos dois eixos que constituem qualquer narrativa, isto é, do eixo da “história” e do eixo da “narrativa” segundo a terminologia de Gérard Genette (1972: pp. 77-144) e que resulta de fenómenos de duração e velocidade como o provámos através da análise da escrita elíptica de Álvaro Velho.

Retomemos o aspecto que funda a nossa exposição: a relação entre o tempo e o espaço. A viagem é balizada por algum acontecimento fora do comum na vida a bordo, pelo afastamento das naus entre si ou da rota, ou ainda pelo avistamento de alguma terra, ou ainda pelo contacto com os povos quando os viajantes chegam a aportar - são estes dois últimos que nós iremos tratar.

A terra que se avista (*“E, às nove horas do dia, houvermos vista de terra”* (p. 11)), ou se anuncia (*“Uma quarta-feira, primeiro dia do mês de Novembro, que foi dia de Todos os Santos, achámos muitos sinais de terra, os quais eram uns golfãos que nasceram ao longo da costa.”* (p.11)), é nomeada (*“...à qual puseram nome Santa Helena”* (p. 12)), mas nem sempre nela se aporta salvo quando as dificuldades de navegação ou alguma necessidade a bordo a tal obrigam: *“À quarta-feira lançámos âncora na dita baía [de Santa Helena], onde estivemos oito dias limpando os navios e corregendo as velas e tomando lenha.”* (p. 12). O primeiro contacto com o Outro acontece então: *“Nesta terra há homens baços, que não comem senão lobos-marinhos e baleias e carne de gazelas e raízes de ervas; e andam cobertos com peles e trazem umas bainhas em suas naturas; e as suas armas são uns cornos tostados, metidos em umas varas de azambujo...”* (p. 12).

Mesmo que muito diferentes na sua estrutura, a *Relação* e a *Carta de Pêro Vaz de Caminha* têm pontos comuns no tratamento do Outro: aquilo a que o narrador atenta de imediato é, por um lado, cor negra e, por outro lado, a nudez. A geografia deste lugar é descrita no seu duplo aspecto antropológico: somático (*“homens baços”*) e cultural, (*“com seus atavios”*). A descrição física e dos hábitos e costumes mais elementares - esta através de uma descrição do tipo FAZER para adoptar a terminologia de Jean-Michel Adam (1989) - prima sobre qualquer outra. A linguagem não-verbal utilizada serve um intuito puramente comercial: *“E o capitão-mor foi em terra, e mostrou-lhes muitas mercadorias para saber se havia naquela terra alguma daquelas coisas.”* (p. 13). É o início de um diálogo humano inédito de confraternização do homem europeu com a gente de uma etnia até então desconhecida em que a partilha de objectos de diferente natureza acontece: *“E ao domingo vieram obra de quarenta ou cinquenta deles; e nós, depois que jantámos, saímos em terra e, com ceitis que levámos, resgatámos conchas que eles traziam nas orelhas, [...], e rabos de raposa...”* (p. 13). O Outro é assim percebido na sua diferença civilizacional. A sua descrição passa pelo filtro diferencial, assente na dissemelhança. Neste caso são os

adornos que sublinham a diferença, os quais, funcionando como significantes civilizacionais, surgem aqui como objectos inúteis e de produção selvagem. Esta tentativa de confraternização colectiva - e onde o narrador aparece pela primeira vez isolado (*“Onde eu resgatei uma bainha, que um deles trazia em sua natura, por um ceitel”* (p. 13)) - só é mais íntima num caso particular, o de Fernão Veloso (*“Nesse mesmo dia um Fernão Veloso, que ia com o capitão-mor, desejava muito ir com eles a suas casas, para saber de que maneira viviam e que comiam ou que vida era a sua...”* (p. 13)). Este convívio não durou porém muito e tão pouco a atitude amistosa dos indígenas. Contudo a conduta sempre pacífica, muito diplomática, de Vasco da Gama mostra bem até que ponto a sua viagem não tinha por intuito conquistar, mas descobrir - desde o início da *Relação* que o verbo *“achar”* é utilizado. Exemplos da intenção de Vasco da Gama de não guerrear surgem mais adiante: *“E o capitão mandou que saíssemos em terra com lanças, azagaias e bestas armadas e nossos gibetes vestidos; e isto mais para lhes mostrarmos que eramos poderosos para lhes fazer mal, e que lho não queríamos fazer.”* (pp. 18-19).

Na angra de São Brás, o contacto com os indígenas é mais estreito e surge na sequência das informações prestadas pelos primeiros indígenas (*“E, ao que supusemos, não fugirem de nós foi que nos pareceu que houveram novas dos da angra de Santa Helena...”* (p. 16)). À sensação puramente visual do primeiro encontro, e que predomina nas descrições, sucede uma sensação auditiva que concretiza o contacto: *“e eles começaram logo a **tanger** quatro ou cinco flautas, e uns tangiam alto e baixo, em maneira que concertavam muito bem para negros, de que não se espera música; e bailavam como negros; e o capitão-mor mandou **tanger** as trombetas e nós, em os batéis, bailávamos e o capitão-mor de volta connosco.”* (p. 17). Nesta referência ao aspecto lúdico do encontro está presente uma pré-concepção do *“homem baço”* que presidia sempre à visão europeia de que Álvaro Velho é portador.

Para melhor comunicar e se fazer entender por quem o leia, o noticiário recorre frequentemente ao processo analógico para referir a população animal que os viajantes avistam nas diferentes paragens: *“e têm muitos cães, como os de Portugal, e assim mesmo ladram”* (p. 12); *“e a carne dele era saborosa como a de Portugal”* (p. 18); *“Os bois desta terra são muito grandes, como os do Alentejo”* (p. 19); *“há muitos lobos-marinhos e [alguns] deles são tão grandes como ursos muito grandes e são muito temerosos”* (p. 20); *“e os grandes são urros como leões e os pequeninos como cabritos”* (p. 20); *“E neste*

*ilhéu há umas aves que são tamanhas como patos, e não voam porque têm penas nas asas, e chamam-lhes soliticairos”* (p. 20); *“e ali lhes mandou [...] uma galinha como as de Portugal”* (p. 24); *“As palmeiras desta terra dão um fruto tão grande como melões”* (p. 32); *“e mandou trazer uma fruta, que é feita como melões, salvo que de fora são crespos, mas de dentro são doces; e também nos mandou trazer outra fruta, que é como figos e sabe muito bem”* (p. 58).

A realidade efectiva com a qual se contacta, e que é estranha, só pode ser percebida se for dada por uma relação de similitude em que se evidenciam identidades e diferenças. Como assinalámos, o relato de Álvaro Velho é insistentemente pontuado por registos desta natureza, marcando uma racionalidade que ordena o conhecimento dos seres e coisas.

É certo que as viagens marítimas permitiram um alargamento do espaço geográfico e a correcção de uma visão do mundo. Embora as ideias fantásticas tenham sido esbatidas, elas vão prevalecendo porém de forma muito ténue. O narrador introduz o imaginário na imagem que transmite da realidade: *“E mais disseram os ditos mouros que, neste caminho que levávamos, acharíamos muitos baixos, que também acharíamos muitas cidades ao longo do mar; e que havíamos de ir tocar em uma ilha, em que estavam a metade mouros e a metade cristãos, os quais cristãos tinham guerra com os mouros; e que em esta ilha havia muita riqueza.”* (p. 29). A esta representação parece estar subjacente uma ideologia que veicula uma visão ficcional que pré-existe à elaboração teórica da realidade qualitativa do Mundo. Mesmo tratando-se de uma ilha mítica, a visão de Álvaro Velho está sempre orientada para dois aspectos: o religioso (daí o ver cristãos em todo o lado) e o comercial (*“em esta ilha havia muita riqueza”*).

À passagem do Cabo de Boa Esperança, os adornos são apontados por um sinal de riqueza e majestosidade e a sua frequente anotação faz detectar os verdadeiros objectivos económicos que presidiram à viagem. À chegada a Melinde, nos primeiros contactos com o rei desta terra, Álvaro Velho descreve todo o aparato luxuoso que o rodeava: *“Estas são as coisas que o rei trazia. Primeiramente uma opa de damasco, forrada de cetim verde; e uma touca na cabeça, muito rica; e duas cadeiras de arame, com seus coxins; e um toldo de cetim carmesim, o qual toldo era redondo e andava posto em um pau; e trazia um homem velho por pagem, o qual trazia um terçado que tinha a bainha de prata; e muitos anafis; e duas buzinhas de marfim da altura de um homem”* (p. 46) - temos aqui uma notícia de natureza vincadamente etnográfica e cultural. Idêntica é a que Álvaro Velho

nos transmite aquando do encontro com o rei de Calecut: *“El-rei estava em um patim, lançado de costas em uma camilha, a qual tinha estas coisas: um pano de veludo verde debaixo e, em cima, um colchão muito bom; e, em cima do colchão, um pano de algodão muito alvo e delgado, mais do que nenhum linho; e também tinha almofadas deste teor; e tinha à mão esquerda uma copa de ouro muito grande, da altura de um pote de meio almude, e era da largura de dois palmos na boca, a qual era muito grossa, ao parecer...”* (p. 57). Perante o descritivo literário de Álvaro Velho, onde o rigor e a objectividade se mantêm como em descrições anteriores, fácil nos é recriar a magnificência oriental. A descrição pretende-se mero relato fidedigno da realidade, mas, na verdade, contém uma ideologia mercantil muito manifesta. A visão do comerciante acompanha todo o discurso, o que a atenção prestada à descrição das “gentes” de Calecut, nomeadamente apenas nos seus pormenores complementares, manifesta de forma evidente: *“E trazem as orelhas furadas e nos buracos delas muito ouro, [...], e trazem ao pescoço muitas jóias de ouro, e pelos braços muitas manilhas e nos dedos dos pés trazem anéis com pedras ricas”* (pp. 51-52). Igual admiração se pode constatar no encontro, depois de muitos meses de navegação, com outros barcos em Moçambique, que traziam preciosidades: *“[...] e tratam com mouros brancos, dos quais estavam aqui, em este lugar, quatro navios deles que traziam ouro, prata e pano e cravo e pimenta e gengibre e anéis de prata com muitas pérolas e aljôfar e rubis”* (p. 29). Trata-se de uma visão condicionada por noções pré-concebidas que estavam na origem da empresa.

No contacto com este Outro há momentos de incompreensão: *“E à terça-feira tinha o capitão estas coisas para mandar a el-rei, a saber: doze lambéis; quatro capuzes de grã e seis chapéus; e quatro ramais de coral; e um fardo de bacias, em que havia seis peças; e uma caixa de açúcar, e quatro barris cheios, dois de azeite e dois de mel. E por aqui é costume de não levar ao rei nenhuma coisa [sem] que primeiro o não façam saber àquele mouro seu feitor e depois ao bale; e, quando o capitão lhe fez saber, vieram e começaram-se a rir daquele serviço, dizendo que não era aquilo nada para mandar a el-rei, que o mais pobre mercador, que vinha de Meca ou Índias, lhe dava mais que aquilo; e que se lhe queria fazer serviço que lhe mandasse algum ouro, porque el-rei não havia de tomar aquilo.”* (p. 62). Podemos quase dizer que o desconhecimento da riqueza da corte de Calecut e dos hábitos culturais daquele reino vai provocar “ruído”

na comunicação entre os dois povos e vir a perigar a instituição de um mercado da especiaria entre o Ocidente e o Oriente.

As práticas religiosas hindus são alvo de igual incompreensão por parte dos Portugueses que as assimilam aos padrões europeus: Álvaro Velho não só identifica o contexto das práticas culturais com a imagem europeia (“*e dentro estava uma imagem pequena, a qual eles diziam que era Nossa Senhora; [...] aqui fez o capitão-mor oração, e nós outros com ele. [...] estes quaes trazem umas linhas por cima do ombro lançadas [...] e por debaixo do ombro do braço direito, assim como trazem os clérigos dos Evangelhos a estola; estes nos lançaram água benta...*” (p. 55)), embora reconhecendo por vezes a estrutura da alteridade (“*E outros muitos santos estavam pintados pelas paredes da igreja, os quais tinham diademas; e a sua pintura era em diversa maneira, porque os dentes eram tão grandes que saíam da boca uma polegada, e cada santo tinha quatro e cinco braços*” (p. 56)), como também manifesta, pela oração, o comportamento das práticas religiosas europeias. Um certo anacronismo ressalta desta situação pois que Vasco da Gama e os seus companheiros, mesmo reconhecendo a diferença, entram no templo e ajoelham-se. No entanto, esse reconhecimento não anula a dificuldade que nós, leitores, sentimos por parte do narrador em perceber a diferença civilizacional. Tal é explicitamente revelado pela tendência de Álvaro Velho em estabelecer relações analógicas entre o Outro e o Mesmo. Já Luís Filipe Barreto (1983: 139) se refere a este aspecto por estas palavras: “*O olhar antropológico de Álvaro Velho é marcado pelo etnocentrismo e pelo verticalismo. [...] Trata-se dum ver a partir do «efeito do espelho» (Cooley). Um medir do Outro a partir do Mesmo tomado como absoluto referente, norma-padrão, do ser e dever-ser humano.*” Não podemos deixar de mencionar situações que corroboram esta nossa constatação: assim, lembremos o comportamento de dois mercadores de Mombaça que “*mostraram a estes dois homens uma carta, que adoravam, em a qual estava debuxado o Espírito Santo.*” (p. 41), para o qual Álvaro Velho traça um quadro perfeitamente inverosímil; ou então quando o narrador impõe um posicionamento valorativo, distanciando-se do referencial, mais interpretando do que descrevendo: “*Esta cidade de Calecut é de cristãos [...]*” (p. 51); “*e assim mesmo o sentimos por um rei cristão nos fazer tanta perraria, ao qual homem dava do seu.*” (p. 76).

Ver no Outro o cristão é como se o Mesmo projectasse nele um desejo íntimo dos Portugueses, isto é, o de implementar a fé cristã

num reino desconhecido e de que não se entendia verdadeiramente a religiosidade.

Portador de uma ideologia – o que é sublinhado por um narrador autodiegético que raramente surge como narrador individualizado –, Álvaro Velho faz imperar tanto a narrativa como a ordem cronística numa relação estreita entre os espaços descritos e o tempo sentido e narrado, mas em que este parece suspender-se para que aquele se desenvolva em maior extensão e diversidade.

#### Bibliografia:

- ADAM, Jean Michel (1989) *Le Texte Déscriptif*, Paris, Nathan.
- ALBUQUERQUE, Luís de; FERRONHA, António Luís; HORTA, José da Silva; LOUREIRO, Rui (1991) *O Confronto do Olhar*, Lisboa, Caminho.
- BARRETO, Luís Filipe (1983<sup>2</sup>) *Descobrimientos e Renascimento*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, “Temas portugueses”.
- GARCIA, José Manuel (1994<sup>1</sup>) *Ao Encontro dos Descobrimientos*, Lisboa, Editorial Presença.
- GENETTE, Gérard (1972) *Figuras III*, Paris, Seuil.
- PINTO, João Rocha (1989<sup>1</sup>) *A Viagem. Memória e Espaço*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, “Cadernos da Revista de História económica e social”, nº 11-12.
- VELHO, Álvaro (1989) *Relação da Viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, Ministério da Educação-Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.